

# INTER- SECCIONA- LIDADES



Pesquisadoras que propõem diferentes cruzamentos entre o fazer filosófico e os estudos de gênero refletem sobre como os problemas vinculados ao gênero podem contribuir para transformar os paradigmas filosóficos atuais

POR **SOLANGE COSTA (UESPI), VALÉRIA WILKE (UNIRIO) E JORDÂNIA ARAÚJO (IFBA)**  
COLABORAÇÃO **ANPOF**

**A** constituição de uma práxis filosófica mais democrática e inclusiva perpassa hoje as questões de gênero em suas diferentes facetas. Neste 8 de março, o Grupo de Trabalho (GT) de Filosofia e Gênero da Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia (Anpof) apresenta o diálogo com algumas de suas integrantes e convidadas que trabalham temas atuais e emergentes ligados à intersecção entre as filosofias e os estudos de gênero. Como os conceitos de paridade, ensino de filosofia, decolonialidade e raça, destacados aqui, podem ser compreendidos através de uma leitura de gênero?

Nessa conversa as pesquisadoras Juliana Aggio (UFBA/CNPq), Joana Tolentino (CPII, PROF-FILO UNIRIO) e Maria Fernanda Novo (USP) exploram essas temáticas fundamentais para a filosofia hoje e compartilham suas perspectivas, revelando como suas investigações têm enriquecido a compreensão filosófica tradicional.

Nesse espaço discutem não apenas teorias mas também as implicações práticas dessas reflexões no mundo contemporâneo. Confira a seguir as entrevistas que abordarão, separadamente, os seguintes temas: *Paridade de gênero e carreira acadêmica filosófica*, *Decolonialidade e raça* e *Ensino de filosofia e gênero*:

## PARIDADE DE GÊNERO E CARREIRA ACADÊMICA FILOSÓFICA

Solange Costa (UESPI) entrevista  
Juliana Aggio (UFBA)

**Em seu texto intitulado “Quem tem medo da inclusão social?”, você aborda a necessidade de avançarmos na construção de uma universidade verdadeiramente inclusiva e democrática. Considerando os dados atuais sobre a dissimetria de gênero, quais seriam as práticas que podem promover a paridade na carreira acadêmica de filosofia?**



**Juliana Aggio:**

Realmente a disparidade de gênero é um fato não apenas observado a olho nu, como é comprovado numericamente.

Da graduação à docência o abismo aumenta, a tesoura aprofunda o corte e a porta de entrada na universidade se estreita. A diversidade na graduação se inicia por imposição da lei das cotas. A área foi obrigada a ceder a essa reparação histórica. Já a porta para entrar na pós-graduação é mais estreita, como se ela não devesse ser *também* um lugar de reparação histórica e como se a excelência nesse nível não pudesse suportar a inclusão social. Vale notar que há programas de pós-graduação com nota máxima há anos sem ter *ainda* adotado política de cotas. O ponto é que cumprimos a lei das cotas raciais na graduação e, em geral, na pós, mas na docência a lei é aberta a interpretações que inviabilizam sua aplicação. Do ponto de vista do gênero, a despeito de sermos uma área tão masculina e masculinista, não há cota para gênero. Somos, em média, 30% de graduandas e 20% de docentes em programas de pós-graduação de filosofia.

**“A SOCIEDADE NOS FAZ CRER QUE A HETEROSSEXUALIDADE É INATA, PORTANTO, IMUTÁVEL [E A LÉSBICA SERIA UM DESVIO PATOLÓGICO], OU QUE É COMPULSÓRIA EM TERMOS ABSOLUTOS, PORTANTO, IMUTÁVEL, E A LÉSBICA, NA VERDADE, NÃO EXISTE”**

**Talvez, num mundo ideal democrático, não deveria sequer haver seleção, já que toda seleção implica excluir...**

Todavia, havendo a necessidade de seleção por não termos um sistema de entrada universal, os critérios podem e devem ser sempre questionados e repensados de modo a não reproduzirem exclusões históricas de mulheres e pessoas não brancas, a serem mais justos do ponto de vista da inclusão social desses grupos minoritários e não perpetuarem o elitismo de homens cis brancos que vigora no Ensino Superior como um todo e abundante e vergonhosamente na filosofia. Ademais, é preciso instituir nas universidades — nos departamentos e na pós-graduação — um sistema de acolhimento de discentes para receber relatos locais de violências e sofrimentos, e que tais relatos sejam levados em consideração num processo de seleção da pós-graduação. Inclusão social pressupõe, certamente, sensibilidade para o sofrimento de pessoas mais vulnerabilizadas. Por outro lado, a seleção objetiva e anônima de entrada na graduação pelo vestibular ou Enem, além da efetiva aplicação de cotas, é uma saída considerável para

se evitar o subjetivismo ou o uso de critérios seletivos eivados de julgamentos conscientes ou inconscientemente discriminatórios. O resultado é a diversidade discente da graduação. O mesmo deve ser replicado, na medida do possível, nas seleções de pós-graduação e nos concursos docentes, do contrário continuaremos com a lógica piramidal em que o topo é sempre ocupado pela mesma cor e gênero: homens cis brancos.

**Ao que indica nossa história de quase um século, a inclusão não ocorrerá, certamente, por uma capacidade de nossa comunidade de se rever de modo a adquirir senso de justiça social espontaneamente ou de bom grado...**

Ou bem justificamos que excelência e inclusão são incompatíveis e que a diversidade não ocorre por falta de competência dos excluídos, ou apostamos que ainda é preciso democratizar radicalmente a universidade a fim de permitir a diversidade em seu corpo discente e docente. Entre a meritocracia liberal e a democracia radical, a escolha não parece ser difícil. Agora, um processo efetivo de democratização não ocorrerá apenas com a atuação em conjunto de coletivos e redes paralelas ao mundo institucional, mas, sobretudo, por meio da aplicação de cotas e de critérios mais objetivos e impessoais de avaliação nas seleções de pós-graduação e concurso docente, além de mudanças estruturais no ambiente de formação em filosofia por meio de um combate diário às atitudes racistas e sexistas de seus membros.

**Após uma temporada de estudos na França sobre a heterossexualidade compulsória, em que medida os trabalhos realizados no exterior e suas atuais leituras e pesquisas contribuem para pensar a necessidade da inclusão social na filosofia?**

Primeiramente, acho importante esclarecer o que significa heterossexualidade

compulsória, um conceito elaborado por Adrienne Rich que alçou uma repercussão importante no feminismo lésbico dos anos 1980. Em poucas palavras, a heterossexualidade deve ser compreendida como uma instituição social, política e econômica, segundo Adrienne Rich, como um regime político que institui um modo hegemônico de pensar, segundo Monique Wittig, como um sistema sexo/gênero para Gayle Rubin, e como um padrão normatizante que determina o binarismo de gênero, segundo Judith Butler. Com efeito, cabe realçar o seu caráter compulsório, ou seja, trata-se de um modo de pensar e ser que nos é imposto na medida em que a nossa existência e circulação no mundo devem se enquadrar em padrões normativos hétero, desde o modo de se vestir, de sentir afetos, de praticar sexo até no modo de trabalhar e de se relacionar consigo e com os outros. Basicamente, a heterossexualidade possui um caráter compulsório, embora tal compulsoriedade não possa ser concebida como determinismo absoluto, do contrário, não haveria lésbicas.

### **O caráter compulsório se explica pelo fato de a heterossexualidade ser uma imposição social, e não um dado da natureza...**

Sim, a sociedade nos faz crer que a heterossexualidade é inata, portanto, imutável [e a lésbica seria um desvio patológico], ou que é compulsória em termos absolutos, portanto, imutável, e a lésbica, na verdade, não existe. Embora a heterossexualidade nos seja ensinada como algo inevitável e imperioso, é possível não ser hétero, e a lésbica é a prova viva de que, embora seus mecanismos sejam coercitivos, sua vestimenta como sendo algo compulsório é antes uma estratégia de poder do que uma realidade de fato: uma mentira necessária para a supremacia masculina. Trata-se de um fenômeno que preserva a aparência

de imutabilidade como estratégia política para que ninguém pense que não se nasce hétero, torna-se hétero. Ser mulher é ser compulsoriamente heterossexual, ou seja, é ter de ser aquela que deve reproduzir e cuidar da casa, dos filhos e do marido, sem sequer ser remunerada por essas funções. Nesse sentido, a heterossexualidade possui um caráter compulsório, opressivo — sobretudo para as mulheres — e é o fator determinante na constituição do gênero “mulher” e na manutenção do poder masculino.

### **Em que sentido a clareza sobre a heterossexualidade compulsória pode nos ajudar a pensar a inclusão social na Filosofia?**

O que eu poderia dizer é que depois da obra de Wittig *O pensamento hétero*, é mais do que evidente que, em nossa cultura heteropatriarcal, a heterossexualização sistemática das mulheres cria a crença de que elas são mais afeitas ao sexo do que ao pensamento, e que os acadêmicos homens, mesmo que de modo contido — ou pelo viés implícito —, frequentemente avaliam as mulheres de modo assimétrico e injusto em comparação com candidatos homens, além de promoverem diversas violências das mais sutis às mais explícitas. Então, a exclusão das mulheres do ambiente acadêmico se explica por uma cultura heteronormativa patriarcal que não admite que o sexo feminino ocupe um lugar de conhecimento, de poder e de prestígio sempre ocupado, sobretudo na academia (e em particular na filosofia), pelo sexo masculino. Ter clareza sobre tal conceito nos mune conceitualmente e na vida para enfrentarmos os diversos tipos de violência que nos exclui do ambiente filosófico e, assim, procurarmos alternativas de resistência e transformação desse ambiente de modo a promover maior inclusão em nossa área.

## ENSINO DE FILOSOFIA E GÊNERO

Valéria Wilke (UNIRIO) entrevista  
Joana Tolentino (Colégio Pedro II)

**No movimento pendular de presença e ausência da filosofia na educação básica, vivenciamos, no contexto da redemocratização desde a década de 1980, a vitoriosa luta pelo seu retorno. Hoje lutamos pela manutenção da filosofia como disciplina da formação básica. Qual é a importância e como refletir filosoficamente com estudantes, especialmente os do Ensino Médio, sobre questões de gênero?**



**Joana Tolentino:** A filosofia e seu ensino acompanham a sociedade, cuja historicidade parece seguir esse movimento pendular. Após esticar o

pêndulo para rupturas de tabus e abertura para questões de gênero no Brasil, culminando com a primeira mulher eleita democraticamente para a presidência e todo o simbólico que isso agrega, nos últimos anos vivenciamos novo ciclo pendular de retrocesso às estruturas sociais arraigadas na colonialidade. Embora essa análise valha para diferentes campos de militância e estudo, nosso enfoque aqui é o entrelaçamento entre filosofia e gênero, enfatizando a intersecção entre mulheres, pautas feministas e ensino de filosofias. Lélia Gonzalez apontava o quanto as pautas feministas haviam atingido a sociedade como um todo, após a ditadura militar, ainda no final do século 20, com conferências de mulheres nacionais e internacionais. Esse movimento pendular de abertura na educação foi mais lento, em especial para a filosofia e seu ensino, excluída da educação básica desde a reforma da ditadura militar, mas a partir de 2008, um projeto de lei, enfim sancionado, garantiu a progressiva obrigatoriedade do ensino de filosofia em todo o País, nas três séries do Ensino Médio. Os frutos vieram rapidamente:

em 2015 e 2016, nas ocupações das escolas por estudantes de diferentes regiões brasileiras, embora o foco fossem reivindicações de direitos relativos à educação, também apareciam demandas como a ampliação dos tempos de aula de filosofia (e sociologia), disciplina de cunho reflexivo, associada à formação de si e da comunidade e seus fundamentos estruturantes. Essas lutas estudantis também foram atravessadas por questões de gênero, pela denúncia do sexismo e do racismo no ambiente escolar e por um protagonismo estudantil consciente do modelo de escola que queriam.

**Porém, inverteu-se o movimento pendular de democratização com um golpe de Estado institucionalmente forjado e uma das primeiras ações foi reformar a educação básica nacional...**

Isso aconteceu por meio de uma medida provisória, que rapidamente se tornou lei, instaurando-se o Novo Ensino Médio (NEM). Desde então, com a inserção de itinerários formativos mirabolantes, visando ao empreendedorismo e mercado de trabalho, a área de humanidades perdeu relevância e a situação da filosofia é, no mínimo, instável. Na nossa sociedade temos vivenciado um retrocesso a conservadorismos misóginos, racistas, lgbtqia+fóbicos, afetando a sociabilidade, como também na área da educação, que coloca à margem reflexões sobre os modos de ser, viver e conviver. Essa narrativa social evidencia a importância de se refletir filosoficamente com estudantes, em especial do Ensino Médio, sobre questões de gênero. O filosofar foi incorporado pela juventude e ela teve acesso a esse direito, associado às suas maiores potências — práxis, criticidade, diálogo horizontalmente compartilhado (com ênfase na escuta e perguntação, na percepção de si e do outro). Recordo-me de uma aula (turma de 2ª série), em que o tema do assédio aos corpos das mulheres no espaço público veio à tona e, no debate, os meninos insistiam que poderiam ser elogios mal interpretados. Combinamos improvisar coletiva-

mente algumas situações vivenciadas, usando técnicas do teatro do oprimido (Augusto Boal), com possibilidade de inversão de papéis e intervenções do público na cena, que pode ser refeita. Foram significativos os relatos sobre o quanto as cenas os sensibilizaram — e processos de conscientização e desconstrução podem, a partir daí, se desencadear, incluindo corpo, sentir-pensar, sensibilidade. Mas para isso a filosofia e seu ensino precisam fazer autocrítica, negando a monorracionalidade, se comprometendo a não reforçar o patriarcalismo, compartilhando filosofias em suas diversidades, elaboradas em diversos lugares geográficos e momentos históricos, em línguas plurais de diferentes pessoas, com distintos gêneros. Não há fórmula, mas é um caminho que estamos realizando na formação docente, no curso de licenciatura em Filosofia (Colégio Pedro II), com ênfase decolonial.

**Nos últimos anos, acompanhamos o número crescente de grupos e projetos de pesquisas, de criação de GTs, de produção teórica (TCCs, dissertações, teses, artigos, dossiês), de eventos científicos, lives sobre essa temática. Como vê o(s) impacto(s) proveniente(s) de todo esse movimento?**

As últimas décadas têm sido importantes para o avanço e a consolidação da temática de gênero no campo da filosofia, com a criação de redes e associações de mulheres filósofas, um significativo volume de publicações e um crescente número de encontros científicos. Ainda que esse processo na filosofia esteja se dando de modo um tanto tardio, se colocarmos em perspectiva o interior da área de

humanidades, na qual a filosofia costuma estar inserida: o GT de gênero da ANPOCS, por exemplo, data da década de 1980. Faço essa pontuação porque, inspirada pelo símbolo africano do sankofa, considero importante seguir em frente olhando para os passos trilhados no passado, aprendendo com a caminhada — da ancestralidade, do coletivo, de cada um/a. O sankofa é um dos símbolos da filosofia africana dos adinkras, constituído pela imagem de um pássaro que se posta para a frente com seu corpo, porém com a cabeça voltada para trás: segue em frente, mirando o passado. Essa imagem carrega o significado do aprendizado que podemos ter com as experiências pregressas, tanto dos que vieram antes de nós, ancestrais e anciãos (nossos principais mestres, tal qual são para nós as filósofas e os filósofos!), como das nossas vivências e das nossas próprias gerações. E, assim, praticando a atitude filosófica, observar, sentir e refletir sobre como e quanto o campo de estudos de gênero fissiona a filosofia acadêmica, tensionando, esgarçando, abrindo brechas plurais, diversas, que deslocam as placas tectônicas do patriarcado e de outros eixos de opressão.

**“AS ÚLTIMAS DÉCADAS TÊM SIDO IMPORTANTES PARA O AVANÇO E A CONSOLIDAÇÃO DA TEMÁTICA DE GÊNERO NO CAMPO DA FILOSOFIA, COM A CRIAÇÃO DE REDES E ASSOCIAÇÕES DE MULHERES FILÓSOFAS, UM SIGNIFICATIVO VOLUME DE PUBLICAÇÕES E UM CRESCENTE NÚMERO DE ENCONTROS CIENTÍFICOS”**

**Poderia destacar iniciativas que considera relevantes nesse contexto?**

Primeiramente as iniciativas fecundas e plurais de pesquisa, com projetos sendo desenvolvidos em diferentes níveis, desde a iniciação científica Jr. (em colégios de aplicação ou na rede de institutos federais de educação básica, que tem como obrigatório, em sua estrutura, um núcleo de estudos e pesquisas em gênero e sexualidades) até

o doutorado e o pós-doc, passando pelo mestrado e as especializações. Menção honrosa para pesquisas sobre questões de gênero que estão sendo realizadas ou foram recém-defendidas, nos núcleos do PROF-FILO — mestrado profissional em rede em ensino de filosofia. Tive contato com sólidas pesquisas desenvolvidas no Amazonas, Recôncavo baiano, ABC paulista, Alagoas, sertão pernambucano, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e do Sul, Ceará — entre outras localidades. Em segundo lugar, destaco a formação de Grupos de Trabalho abraçando questões de gênero, no âmbito da Anpof, o que evidencia tanto uma consolidação quanto um maior fomento para pesquisas que já vinham sendo realizadas. Esses GTs trazem a articulação dos estudos de gênero, que alteram o fazer filosófico em diferentes áreas (éticas, epistêmicas, políticas), e dão maior visibilidade à produção filosófica das mulheres.

### E quais seriam os resultados mais significativos?

Entre os mais relevantes desse movimento identitário, principalmente, na área do ensino, tomando aqui como objeto de reflexão o Ensino Superior. Se novas questões e de pesquisa se abrem no campo dos feminismos plurais, podemos observar a eminência de demandas oriundas da presença das mulheres na universidade, como o anseio por creches ou atividades de acolhimento das crias em eventos acadêmicos, mais vagas para o ensino noturno, ações afirmativas para uma divisão mais igualitária de bolsas, além de cotas para pessoas lgbtqi+ na pós-graduação. Na filosofia, embora ainda tímidas, podemos pontuar a demanda por uma composição de gênero paritária nos departamentos e programas de pós-graduação em Filosofia, uma maior diversidade nos referenciais de concursos e processos seletivos e a inserção de disciplinas, em geral optativas, abordando a temática de gênero.

## FILOSOFIA, DECOLONIALIDADE E RAÇA

Jordânia Araújo (IFBA) entrevista  
Maria Fernanda Novo (USP)

**No momento você está realizando uma pesquisa de pós-doutorado sob supervisão da pensadora Linda Alcoff. Qual é a relação entre a temática da sua pesquisa e a temática de filosofia e raça?**



**Maria Fernanda Novo:** No momento, estou realizando uma pesquisa de pós-doutorado no departamento de filosofia da USP. Mas já passei pelos departamentos de filosofia da Unifesp, onde fiz

minha graduação, e da Unicamp, onde fiz mestrado e doutorado. Em certa medida, todos esses departamentos têm algo em comum que se traduz pela impenetrabilidade de certos assuntos, como a necessária revisão na base curricular dos cursos de graduação e pós-graduação. Soma-se a isso a notável resistência em afirmar os estudos raciais como conteúdo indispensável para a formação filosófica. A maior parte da produção filosófica brasileira está centrada na filosofia moderna e contemporânea. Ao longo dessas marcações que orientam a história da filosofia, o mundo foi brutalmente marcado pelo que a filósofa Denise Ferreira chama de evento racial, que, basicamente, se define pela instauração de formas de exploração total das populações negras. A escravidão moderna, o neocolonialismo, o *apartheid* e a segregação aparecem em primeiro plano, mas o sobrevoio do dado histórico não permite perceber que esses eventos dependem de um arsenal jurídico, econômico, político e institucional, e também de formas de dominação cultural e subjetiva. Acho que, quando o ensino e a pesquisa em filosofia ignoram esses fatos, o sentido da filosofia de esvai. Recentemente, tenho visto iniciativas de introduzir a questão racial e outras perspectivas filosóficas nesses departamentos que mencionei, mas elas ainda são isoladas e seus efeitos são anódinos, pois dependem de um ou outro(a) professor(a), que não são racializados, mas que, pelo exercício crítico, conseguiram expandir seus campos de interesse. No entanto, isso não representa a posição dessas unidades acadêmicas, porque ainda existe muita resistência

em alterar a rota do que está sendo feito há décadas, sem prejuízo para uma certa abordagem da filosofia cujo objetivo é preservar intacta uma história da filosofia gloriosa e imaculada.

**Tendo estagiado no exterior, qual foi a sua perspectiva desde esse ponto de vista?**

Durante meu estágio de doutorado no exterior, em Paris, percebi o quanto a filosofia acadêmica brasileira tende a mimetizar o ambiente filosófico europeu e, nos casos mais extremos, chega a ser caricatural. Porém, mais grave é perceber que o critério do que é ser filósofa ou ser crítica tem que passar pelo crivo de um certo modo de interpelar a história da filosofia, o que redundava em repetir à exaustão trechos de livros que se transformam em “grandes ideias” numa tese de filosofia. E, assim, a filosofia vai ficando distante da realidade, ou melhor, vai espremendo a realidade para caber em um conceito. Existe um jargão que é comum se ouvir no ambiente filosófico que diz: o exemplo empobrece o conceito. Veja, ainda estamos lidando com a reprodução de um senso comum dentro do campo, como se olhar para a realidade e perceber as conexões do que se está estudando com o que está à sua volta fosse menos filosófico. Além disso, quando se usam exemplos, eles parecem servir para nutrir um imaginário pouco produtivo, que nos obriga a entender certos assuntos a partir de um único ponto de vista. Para a abordagem sobre o momento político das décadas de 1960 e 1970 em que eclodiram revoltas, rebeliões, levantes, guerras, greves, ao redor do mundo e que, de certa maneira, marca a produção da filosofia contemporânea, o único exemplo que se admite nas salas de aula é o que aconteceu em maio de 1968, mas apenas em Paris.

**O que se transforma no grande e, às vezes, no único acontecimento político desse período...**

A crítica Gayatri Spivak vai chamar a revolta na França de “excêntrico fenômeno do maoísmo francês”. Para além do tempo histórico desse fato, maio de 1968 se tornou um tipo de imagem colonial nos cursos de filosofia, que se repete e de tanto se repetir se torna esvaziada, porque não se reproduz

**“APESAR DE PARECER DESCONTÍNUA, A HISTÓRIA DO PENSAMENTO NEGRO BRASILEIRO É CONSISTENTE E PERMANENTE. OS INTELECTUAIS NEGROS CONTRIBUÍRAM COM O DEBATE PÚBLICO AO LONGO DO ÚLTIMO SÉCULO, ALÉM DE APRESENTAREM ABORDAGENS TEÓRICAS INOVADORAS PARA DIVERSAS DISCIPLINAS”**

junto o contexto e a intensidade do que aconteceu naquele momento. Fato é que se ignora que os exemplos abundam quando se observa o que estava acontecendo nesse período para além do pequeno espaço geográfico que se chama Europa. Em 1966, um grupo de jovens situados em Oakland se organizaram para denunciar a exploração e degradação econômica e social a que estavam submetidas as comunidades negras e pobres nos Estados Unidos. O Partido dos Panteras Negras organizou, entre outras iniciativas, programas de distribuição de refeições e de educação de crianças e jovens. A imagem das lideranças ativas e suas falas contundentes tiveram um efeito transformador em comunidades negras para além das fronteiras estadunidenses. O que disse até agora me permite chegar à pergunta sobre minha pesquisa de pós-doutorado em que pude realizar um estágio no departamento de filosofia da CUNY, em Nova York, junto com a Linda Alcoff. Primeiro, devo dizer que o que me levou até a CUNY também foi a marca que Charles Mills deixou naquele departamento. Ele, que teve recentemente traduzido para o português um livro canônico para a filosofia política, *Contrato Racial*. Mills e Alcoff eram muito próximos e têm contribuições distintas, mas igualmente relevantes para os estudos raciais e de gênero. Alcoff é uma pessoa preocupada com uma intervenção possível na abordagem filosófica sobre problemas reais, o que exige posicionar as teorias e os conceitos a favor de outros modos de produzir no campo filosófico. Mas eu também chamo

atenção para a vasta bibliografia dos *black studies*, que permite uma reorientação sobre como abordar a filosofia, a política, a literatura, a antropologia, a história. Em uma conversa com a Hortense Spillers durante a *summer school* da Caribbean Philosophical Association, ela diz uma frase que vou usar aqui, e que, analogamente, sintetiza o trabalho de muitos(as) intelectuais negros(as) que têm bravamente teorizado sobre condições em nada favoráveis: “*blacks have other fish to fry*” [os negros têm outros peixes para fritar].

**São notáveis as contribuições de Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento e Sueli Carneiro, entre outras, para um pensamento filosófico genuinamente nacional. Mas como lidar com o desafio da invisibilização, da exclusão e da pressão dessas influências no percurso acadêmico? Como superar barreiras e reconhecer essas vozes em nosso meio?**

Apesar de parecer descontínua, a história do pensamento negro brasileiro é consistente e permanente. Os intelectuais negros contribuíram com o debate público ao longo do último século, além de apresentarem abordagens teóricas inovadoras para diversas disciplinas. Beatriz Nascimento oferece uma perspectiva sobre a historiografia dos quilombos que se torna também uma referência sobre como pensar a participação do negro na construção da memória de um período em que ele é fundamentalmente o centro da produção de valor na sociedade colonial. Além disso, seu trabalho está em sintonia com autores caribenhos, como C. L. R James e Sylvia Winter, ao explorarem a multidimensionalidade das culturas diaspóricas a partir de linguagens como poesia, música, teatro e cinema num esforço de expressividade que nos informa sobre a experiência vivida pelo negro. Entre Sylvia Wynter e Beatriz Nascimento existe um tema em comum que salta aos olhos e que se articula com o problema da fugitividade, isto é, a possibilidade de ser outra coisa além do que o designio trágico que a colonização e a violência destinam aos negros. Existe uma espécie de teoria do sujeito coletivo escrita por essas mulheres que implodiu a cadeia de significação construída

pelos ciências pós-iluministas sobre o negro, que vigorou sem muitos desvios na academia brasileira até meados do século 20. Lélia Gonzalez é uma autora ímpar, que tem contribuições diversas para o feminismo negro com o tema do trabalho, por exemplo, além de ser uma liderança do Movimento Negro Unificado. Gonzalez também estava debatendo frontalmente com os teóricos da formação social do Brasil, mas ela nunca foi considerada uma autora desse campo pelos seus pares acadêmicos. De certo modo, no trabalho de Sueli Carneiro está a resposta para essa pergunta, quando ela entende que o trabalho intelectual do negro representa o conhecimento subjugado, pensado a partir da matriz genealógica foucaultiana. Existe uma produção teórica de intelectuais negros que foi por muito tempo rejeitada pela filosofia brasileira. Mas, curiosamente, percebe-se hoje, sem grandes esforços, que a sobrevivência do exercício crítico da filosofia depende de pensar a teorização de autores(as) negros(as) como o que se produz de mais consistente, porque o conhecimento é, além de tudo, incorporado. **hmt**



© ACERVO PESSOAL

**SOLANGE COSTA** é professora de Filosofia da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) e membra permanente da pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Em 2023 realizou pesquisa pós-doutoral na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). É membra da atual diretoria da ANPOF. ✉ [solange@phb.uespi.br](mailto:solange@phb.uespi.br)



© ACERVO PESSOAL

**VALÉRIA CRISTINA LOPES WILKE** é professora de Filosofia na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). É membra dos GTs da ANPOF Filosofar e Ensinar a Filosofar e Filosofia e Gênero. Em 2022 realizou pesquisa pós-doutoral na Universidade Federal do ABC (UFABC). Participa do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Filosofia – Mestrado Profissional em Filosofia em Rede (PROF-FILO) dos núcleos UNIRIO, onde atua como coordenadora, e UFABC. ✉ [valeria.wilke@unirio.br](mailto:valeria.wilke@unirio.br)



© ACERVO PESSOAL

**JORDÂNIA ARAÚJO** é professora de Filosofia no Instituto Federal de Educação da Bahia (IFBA), doutoranda em Filosofia pelo Programa de Pós-graduação da UFBA e mestra em Filosofia pela mesma instituição. Possui licenciatura em Filosofia pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e é integrante do GT Filosofia e Gênero. ✉ [jordania\\_b.araujo@hotmail.com](mailto:jordania_b.araujo@hotmail.com)